



VI Jornada Ibero-Americana de Pesquisas em Políticas Educacionais e Experiências Interdisciplinares na Educação

13, 14 e 15
junho de 2022

ISSN: 2525-9571

Vol. 6 | Nº. 1 | Ano 2022

Eixo TEMÁTICO: Políticas públicas
educacionais

**Divane Oliveira de Moura
Silva**

*Universidade Federal de
Pernambuco*
divane.oliveira@ufpe.br

Marcelo Ricardo Moreira

*Universidade Federal de
Pernambuco*
marcelo.rmoreira@ufpe.br

Neide Menezes Silva

*Universidade Federal de
Pernambuco*
neide.msilva@ufpe.br

Kátia Silva Cunha

*Universidade Federal de
Pernambuco*
katia.scunha@ufpe.br

MODERNIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO
EDUCACIONAL EM PERNAMBUCO:
possibilidade investigativa pela abordagem
do ciclo de políticas

MODERNIZACIÓN DE LA
EVALUACIÓN EDUCATIVA EN
PERNAMBUCO: posibilidad de
investigación a través del enfoque del ciclo
político



RESUMO

Esta pesquisa qualitativa envolve a avaliação de política pública no setor educacional, que pressupõe a identificação de possíveis desigualdades sociais e a produção de estratégias que melhor articulem os anseios de cada contexto. Deste modo, com base em bibliografia proposta pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, buscamos um caminho investigativo para a atual avaliação do sistema educacional da rede estadual pernambucana, fomentada pelo Programa de Modernização da Gestão Pública – Metas para a Educação. Este programa é apresentado como fundamental na melhoria dos indicadores educacionais, trabalhando a gestão por resultados. Nosso objetivo é identificar um caminho de investigação ao sistema de avaliação educacional pernambucano, com robustez conceitual, reflexividade e compreensão das condições sociais que circundam esta política pública. Inferimos que a Abordagem do Ciclo de Políticas - proposta teórico-metodológica formulada por Stephen Ball e colaboradores - tem potencial para nortear o desenvolvimento de nossa pesquisa no mestrado acadêmico, visto que, entre várias distinções, possibilita uma análise contextualizada e crítica, tanto de políticas públicas quanto de programas educacionais, oferecendo potentes ferramentas para investigar como as políticas são atuadas nas escolas.

Palavras-chave: Política Pública. Avaliação Educacional. Pernambuco. Abordagem do Ciclo de Políticas.

RESUMEN

Esta investigación cualitativa implica la evaluación de políticas públicas en el sector educativo, lo que presupone la identificación de posibles desigualdades sociales y la producción de estrategias que articulen mejor los deseos de cada contexto. Así, a partir de la bibliografía propuesta por el Programa de Postgrado en Educación de la Universidad Federal de Pernambuco, se busca un camino de investigación para la evaluación actual del sistema educativo de la red estatal de Pernambuco, impulsada por el Programa de Modernización de la Gestión Pública - Metas para la Educación. Este programa se presenta como fundamental en la mejora de los indicadores educativos, trabajando la gestión por resultados. Nuestro objetivo es identificar un camino de investigación para el sistema de evaluación educativa de Pernambuco, con solidez conceptual, reflexividad y comprensión de las condiciones sociales que rodean esta política pública. Inferimos que el Enfoque del Ciclo de las Políticas -propuesta teórica y metodológica formulada por Stephen Ball y colaboradores- tiene el potencial de orientar el desarrollo de nuestra investigación en la maestría académica, ya que, entre varias distinciones, permite un análisis contextualizado y crítico tanto de las políticas públicas como de los programas educativos, ofreciendo poderosas herramientas para investigar cómo se implementan las políticas en las escuelas.

Palabras Clave: Política pública. Evaluación educativa. Pernambuco. Enfoque del ciclo político.



1. INTRODUÇÃO

Nossa aproximação aos estudos em políticas educacionais evoluiu pela inquietação e pelo desejo de interpelar a Avaliação do Sistema Educacional nos moldes do Programa de Modernização da Gestão Pública – Metas para a Educação – doravante PMGP/ME - adotado pelo Governo do Estado de Pernambuco. Nesse percurso, entendemos a necessidade de clareza quanto às questões epistemológicas, visto que “a condução de uma pesquisa exige que o pesquisador se baseie em contribuições teóricas e, por isso, é preciso que tenha consciência do debate epistemológico para que possa proceder suas escolhas teórico-metodológicas.” (KUNZ, ARAUJO, CASTIONI, 2017, p. 41).

Sendo assim, buscamos identificar um caminho de investigação ao sistema modernizado de avaliação educacional pernambucana, com robustez conceitual, reflexividade e compreensão das condições sociais para análise desta política pública. Como enfatizado por Mainardes (2018b), os estudos teóricos são fundamentais na formação do pesquisador. Portanto, diante da complexidade do social, e de seu constante movimento, buscamos ferramentas e categorias de análises mais apropriadas aos fenômenos que nos dispomos a investigar.

2. METODOLOGIA

Para o presente estudo optamos pela abordagem qualitativa, de nível exploratório (GIL, 2008), com base em levantamento bibliográfico, no qual priorizamos a bibliografia recomendada pela disciplina Avaliação de Políticas, Programas e Projetos ofertada pelo Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Deste modo, nos apropriamos especialmente do pensamento de autores como Afonso (2001), Azevedo (2004), Ball (1994, 2016), Mainardes (2006, 2018a, b), Garcia (2020), Rosa (2019) e Secchi (2010).

Entendemos que a pesquisa exploratória, constitui-se “a primeira etapa de uma investigação mais ampla” sendo necessário “esclarecimento e delimitação, o que exige



revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos” (GIL, 2008, p. 27). Esta etapa proporciona, ao final, uma melhor exposição do problema e ferramentas investigativas mais sistematizadas.

3. DISCUSSÃO

Partimos do entendimento que as políticas públicas “dão visibilidade e materialidade ao Estado” (Azevedo, 2004, p. 60), pois revelam o movimento do Estado para combater um problema que atinge a coletividade pública. Desta forma, o problema deve ser entendido como “a discrepância entre o status quo e uma situação ideal possível”, ou seja, “a diferença entre o que é e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública” (SECCHI, 2010, p. 34).

Nessa compreensão, a avaliação das políticas é considerada uma importante ferramenta para a identificação de aspectos que necessitam ser melhorados, contribuindo com diagnósticos que subsidiem novas políticas públicas e seu monitoramento. Secchi (2010, p. 51) afirma que “a avaliação pode aumentar de forma significativa a sensibilidade e a percepção que os atores políticos têm sobre a política pública, a fim de melhorá-la”.

Entretanto, para apreendermos melhor as políticas públicas, e a forma como podem ser avaliadas, precisamos ponderar que a sociedade está marcada por disputas, não apenas econômicas, mas sobretudo relacionadas ao próprio projeto de sociedade. Para Azevedo, no âmbito educacional, a política “deve ser pensada de maneira articulada ao projeto de sociedade que se deseja implantar em cada momento histórico” (AZEVEDO, 2004, p. 60).

À vista disso, as políticas públicas culminam num campo não axiomático, tensionado pelo jogo de articulações, operando várias formações discursivas e múltiplas significações, pois a subjetividade está presente nas avaliações, nos diagnósticos, e até mesmo na definição do problema público, o qual precisa afetar “a percepção de muitos **atores relevantes**” para entrar na agenda política (SECCHI, 2010, p. 35) [grifo nosso].

Isso nos indica algumas situações problemáticas que cabe pontuarmos: a primeira é que, em detrimento ao interesse da população, há tradição na interrupção de políticas entre governos, bem como a adoção de reformas, políticas e ações, inclusive educacionais, através



da implantação de modelos gerenciais (BALL, 1994); a segunda é que “a manipulação da opinião pública a favor ou contra o desempenho de uma política sempre existiu, assim como pode existir a manipulação dos mecanismos de avaliação” (SECCHI, 2010, p. 52). Logo, as informações produzidas pelas avaliações podem caracterizar instrumentos eleitorais de persuasão da opinião pública, como comprovou a pesquisa sobre modernização da gestão pública realizada no Reino Unido por Seal e Ball (2005 *apud* SECCHI, 2010) e a pesquisa de Faria (2005 *apud* SECCHI, 2010).

Diante destas considerações, constatamos que dificilmente encontraremos consenso sobre o lugar e o sentido da avaliação, especialmente conectada às políticas públicas, pois ela pode “apresentar diferentes propósitos e aplicações e, assim, conseqüentemente, ter usos variados dos seus resultados” (GARCIA, 2020, p. 36). No entanto, concordamos que deveria estar em “consonância com o compromisso ético dos avaliadores e dos tomadores de decisão para com o bem-estar social” (*Ibidem*).

Em vista dessas ponderações, questionamos o formato de modernização da avaliação educacional pernambucana como metodologia de aferição contextual com equidade social. O PMGP/ME surgiu em 2008 e foi definido pela Secretaria de Educação e Esportes – SEE - de Pernambuco como programa focado na melhoria dos indicadores das escolas da rede estadual, trabalhando a gestão por resultados (PERNAMBUCO, 2022). Ele estabelece metas para a Educação Básica - por escola e gerência regional - abrangendo um sistema próprio de avaliação, denominado Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco – SAEPE. Outrossim, a qualidade educacional é mensurada por exames de larga escala que envolvem especificamente dois campos do saber: Língua Portuguesa e Matemática, desvalorizando as comunidades disciplinares, como aponta Lopes (2008, 2019). O processo avaliativo seleciona exclusivamente essas duas disciplinas em detrimento aos demais campos.

Para Secchi (2010, p. 46), os elementos básicos na análise do processo de implementação de políticas deveriam ser: pessoas, organizações, interesses, competências, comportamentos, bem como “as relações existentes entre as pessoas, as instituições vigentes [...] os recursos financeiros, materiais, informativos e políticos”. Entretanto, identificamos que o Estado de Pernambuco desconsiderou os contextos diferenciados das escolas e implantou um sistema de avaliação e responsabilização articulado ao PMGP/ME, pautado na variável do



desempenho educacional, e ainda ofereceu um incentivo financeiro aos profissionais das escolas que atingirem as metas propostas, o qual é denominado de Bônus de Desempenho Educacional – BDE (PERNAMBUCO, 2022).

Diante dos resultados das avaliações padronizadas, as escolas entram numa lógica típica empresarial, de competitividade, de disputa meritocrática, pois o sistema aponta/define “as melhores e as piores” no âmbito municipal e estadual. Por conseguinte, o ambiente escolar e as comunidades locais são cercadas por discursividades polissêmicas a respeito do conceito de qualidade, da função da escola, da cidadania, da democracia, entre outros, em virtude da avaliação que evidencia concepções ontológicas, filosóficas, epistemológicas e relações de poder ligadas ao formato gerencialista.

Nesse sentido, salientamos que durante a vivência da pandemia do novo coronavírus - COVID-19, com promoção de aulas remotas e consequente produção de mais desigualdades de oportunidades educacionais, foram publicadas pela SEE/PE, adequações curriculares prescritas. O fato é observado pela publicação, em julho de 2020, do documento de “Reorganização Curricular”, no qual a SEE/PE afirma que o professor necessita “dar continuidade ao planejado considerando a nova organização do currículo a partir das habilidades e expectativas de aprendizagem prioritárias para 2020” (PERNAMBUCO, 2020, [p. 1]). Entendemos, com base em Lopes (2018), que a ação da SEE/PE revela sua pretensão em controlar o alcance das metas, com supostas garantias de aprendizagens, por meio de habilidades e competências previstas na Base Nacional Comum Curricular. Por consequência, o documento ignora que “o currículo precisa fazer sentido e ser construído contextualmente, atender demandas e necessidades que não são homogêneas” (LOPES, 2019, p. 61).

Segundo Afonso (2001, p. 26) a presença do Estado-avaliador “expressa-se sobretudo pela promoção de um *ethos* competitivo que começa agora a ser mais explícito quando se notam, por exemplo, as pressões exercidas sobre as escolas”. Essas pressões se materializam nos indicadores educacionais que carregam traços, recursos e dispositivos de mercado, e não reconhecem a contingencialidade das relações humanas, a imprevisibilidade da vida, ou a diversidade de espaços/tempos que interferem no fenômeno educativo. Como visto, isso afeta a definição dos currículos, as análises, avaliações e propostas educacionais, bem como a gestação de novas políticas públicas.



Portanto, como toda política pública, há efeitos sociais produzidos pelo formato da avaliação educacional pernambucana que necessitam ser discutidos. As preocupações com os rankings das avaliações, e a exposição pública de resultados trazem discussões morais e consequências vexatórias que impactam a formação ética e cidadã dos indivíduos.

3. RESULTADOS

Diante do exposto, nos mobilizamos a identificar um caminho investigativo contextual e crítico à avaliação defendida pelo sistema público educacional pernambucano. Adotamos como critério a oposição ao entendimento de política como algo linear, organizada em fases definidas e temporais, e implementada de cima para baixo. Desta forma, identificamos, através dos textos de Mainardes (2006, 2018a, b) e Rosa (2019), que a Abordagem do Ciclo de Políticas – ACP – do pesquisador inglês Stephen Ball, e colaboradores, apresenta consistência na avaliação de políticas públicas educacionais. Especialmente, porque essa abordagem enfatiza que “o material, o estrutural e o relacional precisam ser incorporados na análise de políticas, a fim de compreender melhor as atuações das políticas no âmbito institucional” (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 21).

Além do mais, a ACP explicita que as políticas são processos dinâmicos em terrenos instáveis e são submetidas a processos de interpretação, reinterpretação, tradução, criação e recriação (BALL, 2016). Nesta ótica, os profissionais educacionais vivenciam as políticas institucionais como atores e delas participam de formas distintas. Sendo assim, a presunção da “implementação” é suplantada e o estudo dos contextos é relevante, pois as escolas têm ambientes, histórias e situações peculiares. Para Ball (2016) há dimensões contextuais que nos ajudam a mapear diferentes aspectos da escola e o papel de cada um no processo de atuação das políticas, sendo relacionadas a:

contextos situados (ex.: localidade, histórias escolares e matrículas); culturas profissionais (ex.: valores, compromissos e experiências dos professores e “gestão da política” nas escolas); contextos materiais (ex.: funcionários, orçamento, edifícios, tecnologia e infraestrutura); contextos externos (ex.: grau e qualidade do apoio das autoridades locais: pressões e expectativas de contexto político mais



amplo, como classificações do *Ofsted*, posições na tabela de classificação, requisitos legais e responsabilidades) (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 38).

Ball e Mainardes (2011, p. 13), afirmam que com mais frequência as políticas “são pensadas e escritas para contextos que possuem infraestrutura e condições de trabalho adequadas”, e que ignoram as variações “de contexto, de recursos, de desigualdades regionais ou das capacidades locais”. Porém, para os autores, as escolas são espaços produtores de políticas, e professores e discentes assumem papel privilegiado na produção política, desenvolvendo uma atuação capaz de viabilizar ou não projetos educacionais formatados.

Portanto é o caráter humano e, conseqüentemente, político das instituições, que leva Ball a propor uma metodologia que não se limita à descrição dos fenômenos, optando por privilegiar o conhecimento da percepção dos indivíduos e o exame de como as escolas conduzem e lidam com seus conflitos e contradições. Segundo Ball, a rigidez das teorias sociológicas que utilizam parâmetros fixos de análise não contribui para a avaliação de políticas educacionais, porque subestima a micropolítica e ignora a complexa relação com a macropolítica (ROSA, 2019).

Ball também enfatiza as mudanças no papel do Estado, interrogando o neoliberalismo e a entrada de novos atores para a definição de agendas, bem como os impactos das privatizações, discursos e práticas neoliberais na rotina e trabalho escolar. Sua metodologia definida como “etnografia política” inclui diferentes formas, procedimentos e fontes menos ortodoxas, as quais possibilitam identificar redes políticas e investigar como as políticas são encenadas ou atuadas nas escolas. Seus estudos nos ajudam, no sentido de: (a) compreender reformas educacionais no contexto da globalização, (b) avaliar os efeitos e os impactos das políticas nos diversos aspectos da vida escolar (ROSA, 2019).

Desta forma, a ACP concebe 3 contextos primários, ampliados posteriormente, aqui ordenados sequencialmente apenas por uma questão didática: (a) o contexto de influência – relacionado às influências de grupos locais e globais, internas e externas, e de múltiplos agentes ou direções, que disputam os sentidos e as finalidades da educação; (b) o contexto da produção dos textos - relacionado à produção decorrente das influências e ideologias hegemônicas e seus hibridismos; e (c) o contexto da prática – onde a política é submetida ao processo de “interpretação” – ligado à compreensão; e ao processo de “tradução” – ligado à



recriação, adaptação e produção de efeitos. Interessante que, segundo Ball (2016), as disputas não desaparecem com a produção do texto, pois os diversos atores e projetos continuam em movimento.

Enfatizamos que os contextos estão interligados e não obedecem a uma sequência temporal ou linear, ratificando que as políticas não nascem do acaso. A contextualização dos diversos espaços e vozes dos sujeitos em seu entorno social, cultural, político, econômico e ambiental é relevante nesta perspectiva. Observamos que a abordagem pode ser utilizada como referencial teórico-analítico aprofundado para o estudo das políticas educacionais, pois considera a complexidade do processo político.

Em nossa exploração sobre a ACP, identificamos através de Mainardes (2018a, p. 07), que a abordagem tem sido utilizada em diferentes países, apresentando-se como um “método para a análise de políticas”, sendo que:

Alguns autores utilizam-na, na sua íntegra, explorando os contextos principais do ciclo de políticas: influência, produção e contexto da prática. Outros exploram alguns de seus contextos ou empregam conceitos que foram desenvolvidos no âmbito das discussões da abordagem (política como texto, política como discurso, crítica à noção de “implementação” de políticas, o contexto da prática como espaço de produção de políticas, etc.). (MAINARDES, 2018a, p. 7).

Contudo, ao refletirmos sobre as considerações de Dias, Abreu e Lopes (2012, p. 204), percebemos limites nos estudos de Ball quanto a “certa centralidade do contexto de influência no ciclo de políticas”, e que a “possibilidade de escape do discurso fica à mercê das ações práticas restritas às escolas”. Apesar dessas limitações, compreendemos que “nenhuma teoria, por mais bem elaborada que seja, dá conta de explicar todos os fenômenos e processos” (MINAYO, 2009, p. 17). Em outras palavras, admitimos que uma perspectiva teórica pode auxiliar o pesquisador na construção da problematização, proposições e hipóteses, bem como na construção e análise dos dados, todavia, por mais instigante que se apresente, ela possibilita apenas um prisma, ou um ângulo da realidade. Isso por várias razões, entre elas:

Primeiro porque a realidade não é transparente e é sempre mais rica e mais complexa do que nosso limitado olhar e nosso limitado saber. Segundo, porque a eficácia da prática científica se estabelece, não por perguntar sobre tudo, e, sim, quando recorta determinado aspecto significativo da realidade, o observa, e, a partir dele, busca suas interconexões sistemáticas com o contexto e com a realidade (MINAYO, 2009, p.17).



Nesse sentido, Ball também reconhece que a teoria deve ser relevante e útil para ajudar a entender o mundo de forma prática, e que nenhuma teoria por si só poderá dar sentido à complexidade social (ROSA, 2019, p. 5). Esse posicionamento epistemológico pragmático e eclético é identificado na caixa de ferramentas de Ball, nos fazendo entender a necessidade de transitarmos em meio a teorias que dialogam e se complementam (MAINARDES, 2018b).

Logo, a ACP, permite o pluralismo epistemológico, desde que sua associação a outras perspectivas ofereça visão contextualizada e apreensão dos aspectos discursivos que envolvem os fenômenos educacionais, enriquecendo o olhar do pesquisador. Ademais, como aponta Rosa (2019), a visão ética e política da metodologia de Ball, nos possibilita questionar opressões e injustiças do mundo, o que a torna uma poderosa ferramenta para reflexão.

4. CONCLUSÕES

No decorrer deste texto, explicitamos que a modernização da avaliação educacional pernambucana, a qual deriva do Programa de Modernização da Gestão Pública – Metas para a Educação, tem revelado inspiração em práticas industriais, com sistemas de recompensas, sanções e competição. Em contraponto, defendemos que: a avaliação de políticas educacionais deve ser realizada através de indicadores qualitativos, que levem em consideração os aspectos contextuais, imprevisibilidades e diversidades; e que os modelos mecanicistas de pesquisa sem sujeitos, e apenas com objetos, são improdcentes.

Nesta perspectiva, os estudos propostos pela disciplina - Avaliação de Políticas, Programas e Projetos - apontaram que, no campo das Políticas Educacionais, há abordagens para análises aprofundadas de políticas públicas que consideram o aspecto contingencial dos processos sociais e suas relações. Estas podem evidenciar influências locais e globais, internas e externas, e de múltiplos agentes ou direções, com ênfase na diversificação das demandas e necessidades da população.

Assim, inferimos que a ACP apresenta posicionamento crítico e contextualizado para avaliação de políticas públicas educacionais, pois compreende que as escolas são espaços produtores de políticas, permeados por uma série de dimensões relativas à adaptação/resistência, onde a comunidade escolar atua diante dos textos políticos. Desta



maneira, a abordagem, como método teórico-analítico de políticas, rejeita a concepção de “implementação” e revela preocupações éticas e equânimes.

5. REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do estado-nação e a emergência de uma regulação supranacional. *Educ. Soc.*, v. 22, nº 75, p. 15-32, 2001.

AZEVEDO, J. M. L. *A educação como política pública*. Coleção polêmicas do nosso tempo, v. 56. Autores Associados, 3ª ed. 2004.

BALL, S. J. *Education reform*. McGraw-Hill Education (UK), 1994.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. *Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BALL, S. J., MAINARDES, J. Introdução. In: BALL, S.; MAINARDES, J. (Ed.). *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, p. 11-18, 2011a.

DIAS, R. E.; DE ABREU, R. G.; LOPES, A. C. Stephen Ball e Ernesto Laclau na pesquisa em política de currículo. In: FERRAÇO, C. E.; GABRIEL, C. T.; AMORIM, A. C. (orgs.). *Teóricos e o campo do currículo*. Campinas-SP: FE/UNICAMP, p. 200-214, 2012.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

KUNZ, S. A. S.; ARAÚJO, G. C. C.; CASTIONI, R. Epistemologia e a pesquisa em política educacional: vetores que orientam os pesquisadores do campo educacional. *Rev. Ensino de Geogr.*, Uberlândia, v. 8, n. 15, p. 17-47, 2017.

LOPES, A. C. Apostando na produção contextual do currículo. In: Aguiar, M.A.S.; Dourado, L.F., (Org.) *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas*. Recife: ANPAE, p. 23-27, 2018.

LOPES, A. C. Itinerários formativos na BNCC do Ensino Médio: identificações docentes e projetos de vida juvenis. *Retratos Esc.*, v. 13, n. 25, p. 59-75, 2019.

LOPES, A. C. Por que somos tão disciplinares? *ETD - Educ. Temát. Dig.*, v. 9, n. esp., p. 201-233, 2008.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. et al. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis-RJ: Vozes, p. 9-29, 2009.

MAINARDES, J. A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional. *J. Polít. Educ.*, V. 12, n. 16, p.1-19, 2018a.



**VI Jornada Ibero-Americana de Pesquisas
em Políticas Educacionais e
Experiências Interdisciplinares na Educação**

13, 14 e 15
junho de 2022

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educ. Soc.*, v. 27, p. 47-69, 2006.

MAINARDES, J. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. *Rev. Bras. Educ.*, v. 23, p. 1-20, 2018b.

GARCIA, R. P. M. O lugar e o sentido da avaliação nas políticas públicas. In: GARCIA, R. P. M. (Orgs). *Avaliação de políticas públicas: concepções, modelos e casos*. Cruz das Almas, BA: UFRB, p. 21-37, 2020.

ROSA, S. S. Uma introdução às ideias e às contribuições de Stephen J. Ball para o tema da implementação de políticas educacionais. *Rev. estud. teor. epistemol. polít. educ.*, v. 4, p. 1-17, 2019.

SECCHI, L. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2010

PERNAMBUCO (Estado). Secretaria de Educação e Esportes. *Modernização de Gestão*. Pernambuco, 2008. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=69>. Acesso em: 02 jan. 2022.

PERNAMBUCO (Estado). Secretaria de Educação e Esportes. *Reorganização Curricular*. Pernambuco, 2020 Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/21557/REORGANIZA%C3%87%C3%83O%20CURRICULAR%20-%20ARQUIVO%20COMPLETO.pdf> . Acesso em: 29 jan. 2022.

Divane Oliveira de Moura Silva

Mestranda em Educação Contemporânea/
UFPE. Professora/SEE - PE.

Marcelo Ricardo Moreira

Mestrando em Educação
Contemporânea/UFPE. Professor/SEE - PE.

Neide Menezes Silva

Doutoranda e Mestre em Educação/UFPE.
Pedagoga da UFPE.

Kátia Silva Cunha

PhD em Educação – Proped/UERJ. Doutora
e Mestre em Educação/UFPE.

Professora Associada e Diretora de Gestão
Acadêmica da UFPE.